

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	16
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	78
Motivos de Reapresentação	79

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.597.547
Preferenciais	4.161.252
Total	6.758.799
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.000
Preferenciais	0
Total	1.000

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2015	Dividendo	25/08/2015	Ordinária		0,08650
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2015	Dividendo	25/08/2015	Preferencial		0,08650
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2015	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2015	Preferencial		0,01500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	43.190.000	40.958.000
1.01	Ativo Circulante	2.264.000	1.838.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	848.000	643.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	304.000	290.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	304.000	290.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	304.000	290.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	193.000	208.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	193.000	208.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	919.000	697.000
1.01.08.03	Outros	919.000	697.000
1.01.08.03.01	Depósitos em Garantia	49.000	72.000
1.01.08.03.03	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	870.000	625.000
1.02	Ativo Não Circulante	40.926.000	39.120.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	457.000	555.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	453.000	551.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	453.000	551.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.000	4.000
1.02.01.09.03	Outros Ativos	4.000	4.000
1.02.02	Investimentos	39.939.000	38.035.000
1.02.02.01	Participações Societárias	39.939.000	38.035.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.257.000	2.269.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	37.682.000	35.766.000
1.02.03	Imobilizado	70.000	70.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	70.000	70.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	43.190.000	40.958.000
2.01	Passivo Circulante	1.122.000	1.315.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	85.000	27.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	85.000	27.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.000	0
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a Pagar	0	1.000
2.01.03.01.03	Outros	78.000	26.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.037.000	1.288.000
2.01.05.02	Outros	1.037.000	1.288.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.030.000	1.282.000
2.01.05.02.04	Participações e Honorários a Pagar	2.000	4.000
2.01.05.02.06	Outros Passivos	5.000	2.000
2.02	Passivo Não Circulante	500.000	417.000
2.02.03	Tributos Diferidos	5.000	5.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.000	5.000
2.02.04	Provisões	495.000	412.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	495.000	412.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	495.000	412.000
2.03	Patrimônio Líquido	41.568.000	39.226.000
2.03.01	Capital Social Realizado	32.316.000	26.934.000
2.03.01.01	Capital Social	32.325.000	27.025.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-9.000	-91.000
2.03.02	Reservas de Capital	603.000	611.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	573.000	581.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	8.993.000	12.159.000
2.03.04.01	Reserva Legal	870.000	1.149.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	8.123.000	10.451.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	559.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-351.000	-485.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.984.000	3.859.000	1.721.000	3.428.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.000	-18.000	-8.000	-16.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.000	6.000	3.000	6.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-38.000	-180.000	-32.000	-144.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-38.000	-180.000	-32.000	-144.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.027.000	4.051.000	1.758.000	3.582.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.984.000	3.859.000	1.721.000	3.428.000
3.06	Resultado Financeiro	26.000	50.000	17.000	29.000
3.06.01	Receitas Financeiras	38.000	72.000	23.000	40.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.000	-22.000	-6.000	-11.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.010.000	3.909.000	1.738.000	3.457.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-144.000	-113.000	19.000	-19.000
3.08.01	Corrente	-11.000	-15.000	-1.000	-1.000
3.08.02	Diferido	-133.000	-98.000	20.000	-18.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.866.000	3.796.000	1.757.000	3.438.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.866.000	3.796.000	1.757.000	3.438.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,28000	0,56000	0,26000	0,52000
3.99.01.02	PN	0,28000	0,56000	0,26000	0,52000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,28000	0,56000	0,26000	0,52000
3.99.02.02	PN	0,28000	0,56000	0,26000	0,52000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	1.866.000	3.796.000	1.757.000	3.438.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-35.000	134.000	82.000	116.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	-37.000	121.000	80.000	120.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	2.000	13.000	2.000	-4.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.831.000	3.930.000	1.839.000	3.554.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	205.000	31.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-156.000	-125.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	3.796.000	3.438.000
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.051.000	-3.582.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	98.000	18.000
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	1.000	1.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	361.000	156.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	-14.000	16.000
6.01.02.02	Redução em Outros Ativos	203.000	529.000
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Provisões e Demais Passivos	172.000	-389.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.740.000	1.344.000
6.02.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.742.000	1.344.000
6.02.02	Aquisição de Imobilizado	-2.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.740.000	-953.000
6.03.01	Subscrição de Ações	3.000	188.000
6.03.02	Aquisição de Ações para Tesouraria	-13.000	-36.000
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.730.000	-1.105.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	205.000	422.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	643.000	340.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	848.000	762.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.300.000	74.000	-5.937.000	-1.025.000	0	-1.588.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.300.000	0	-5.000.000	0	0	300.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-14.000	0	0	0	-14.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-202.000	0	-202.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-823.000	0	-823.000
5.04.08	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	96.000	-96.000	0	0	0
5.04.09	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000
5.04.10	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-8.000	-123.000	0	0	-131.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.796.000	134.000	3.930.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.796.000	0	3.796.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	134.000	134.000
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	134.000	134.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.771.000	-2.771.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.771.000	-2.771.000	0	0
5.07	Saldos Finais	32.325.000	601.000	8.993.000	0	-351.000	41.568.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.025.000	2.000	-5.238.000	-928.000	0	-1.139.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.025.000	0	-4.500.000	0	0	525.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-36.000	0	0	0	-36.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-184.000	0	-184.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-744.000	0	-744.000
5.04.08	Juros s/Capital Próprio Execed. Mín. Obrig. Exerc. Ant.	0	0	-617.000	0	0	-617.000
5.04.10	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	38.000	-121.000	0	0	-83.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.438.000	116.000	3.554.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.438.000	0	3.438.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	116.000	116.000
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	116.000	116.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.510.000	-2.510.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.510.000	-2.510.000	0	0
5.07	Saldos Finais	27.025.000	415.000	8.865.000	0	-759.000	35.546.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.000	-6.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.000	-3.000
7.02.04	Outros	-6.000	-3.000
7.02.04.01	Convênio de Rateio de Custos Comuns	-2.000	-2.000
7.02.04.02	Outros	-4.000	-1.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-12.000	-6.000
7.04	Retenções	-1.000	-1.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.000	-1.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-13.000	-7.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.129.000	3.628.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.051.000	3.582.000
7.06.02	Receitas Financeiras	72.000	40.000
7.06.03	Outros	6.000	6.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.116.000	3.621.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.116.000	3.621.000
7.08.01	Pessoal	5.000	6.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.000	6.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	293.000	166.000
7.08.02.01	Federais	293.000	166.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22.000	11.000
7.08.03.01	Juros	22.000	11.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.796.000	3.438.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	823.000	744.000
7.08.04.02	Dividendos	202.000	184.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.771.000	2.510.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	50.816.000	48.594.000
1.01	Ativo Circulante	5.823.000	5.583.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.945.000	1.897.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	304.000	290.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	304.000	290.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	304.000	290.000
1.01.03	Contas a Receber	1.039.000	1.069.000
1.01.03.01	Clientes	1.039.000	1.069.000
1.01.04	Estoques	895.000	831.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.640.000	1.496.000
1.01.08.03	Outros	1.640.000	1.496.000
1.01.08.03.01	Ativos Financeiros	1.255.000	1.080.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	360.000	386.000
1.01.08.03.03	Ativos Não Financeiros	25.000	30.000
1.02	Ativo Não Circulante	44.993.000	43.011.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.149.000	2.099.000
1.02.01.05	Ativos Biológicos	1.395.000	1.355.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	716.000	744.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	716.000	744.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	38.000	0
1.02.01.09.03	Ativos Não Circulante Mantido para Venda	38.000	0
1.02.02	Investimentos	37.674.000	35.798.000
1.02.02.01	Participações Societárias	37.674.000	35.798.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	37.674.000	35.798.000
1.02.03	Imobilizado	4.148.000	4.085.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.148.000	4.085.000
1.02.04	Intangível	1.022.000	1.029.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.022.000	1.029.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	50.816.000	48.594.000
2.01	Passivo Circulante	2.702.000	3.253.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	148.000	128.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	148.000	128.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	29.000	11.000
2.01.03.01.02	Outras	119.000	117.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	828.000	1.120.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	825.000	1.113.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	622.000	854.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	203.000	259.000
2.01.04.02	Debêntures	3.000	7.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.059.000	1.335.000
2.01.05.02	Outros	1.059.000	1.335.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.053.000	1.322.000
2.01.05.02.04	Participações e Honorários a Pagar	6.000	13.000
2.01.06	Provisões	667.000	670.000
2.01.06.02	Outras Provisões	667.000	670.000
2.02	Passivo Não Circulante	3.479.000	3.102.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.200.000	1.905.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.076.000	1.789.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.430.000	1.243.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	646.000	546.000
2.02.01.02	Debêntures	124.000	116.000
2.02.03	Tributos Diferidos	644.000	623.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	644.000	623.000
2.02.04	Provisões	635.000	574.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	635.000	574.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	44.635.000	42.239.000
2.03.01	Capital Social Realizado	32.325.000	27.025.000
2.03.02	Reservas de Capital	-9.000	-91.000
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.000	-91.000
2.03.04	Reservas de Lucros	9.603.000	12.777.000
2.03.04.01	Reserva Legal	870.000	1.149.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	8.123.000	10.451.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	559.000
2.03.04.10	Outras Reservas	610.000	618.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-351.000	-485.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.067.000	3.013.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.170.000	2.390.000	1.182.000	2.402.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-900.000	-1.816.000	-883.000	-1.774.000
3.03	Resultado Bruto	270.000	574.000	299.000	628.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.781.000	3.441.000	1.509.000	3.033.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-154.000	-307.000	-144.000	-277.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-63.000	-133.000	-70.000	-137.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.000	11.000	17.000	183.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-38.000	-180.000	-32.000	-145.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-38.000	-180.000	-32.000	-145.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.035.000	4.050.000	1.738.000	3.409.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.051.000	4.015.000	1.808.000	3.661.000
3.06	Resultado Financeiro	-32.000	-56.000	-17.000	-36.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.000	-56.000	-17.000	-36.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.019.000	3.959.000	1.791.000	3.625.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-128.000	-94.000	3.000	-47.000
3.08.01	Corrente	-22.000	-37.000	-5.000	-32.000
3.08.02	Diferido	-106.000	-57.000	8.000	-15.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.891.000	3.865.000	1.794.000	3.578.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.891.000	3.865.000	1.794.000	3.578.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.866.000	3.796.000	1.757.000	3.438.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	25.000	69.000	37.000	140.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,28000	0,56000	0,29000	0,57000
3.99.01.02	PN	0,28000	0,56000	0,29000	0,57000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.891.000	3.865.000	1.794.000	3.578.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-35.000	134.000	82.000	116.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	-37.000	128.000	80.000	120.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	2.000	6.000	2.000	-4.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.856.000	3.999.000	1.876.000	3.694.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.831.000	3.930.000	1.839.000	3.554.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	25.000	69.000	37.000	140.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	561.000	585.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	323.000	708.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	3.865.000	3.578.000
6.01.01.04	Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	185.000	122.000
6.01.01.05	Depreciação, Amortização e Exaustão	322.000	306.000
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.050.000	-3.409.000
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	57.000	4.000
6.01.01.08	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-77.000	-124.000
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.000	1.000
6.01.01.10	Resultado da Alienação de Ativo Imobilizado	0	-3.000
6.01.01.11	Outros	17.000	233.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	314.000	42.000
6.01.02.01	(Aumento) / Redução em Ativos Financeiros	-8.000	16.000
6.01.02.02	(Aumento) / Redução em Contas a Receber de Clientes	26.000	74.000
6.01.02.03	(Aumento) / Redução em Estoques	-53.000	-24.000
6.01.02.04	(Aumento) / Redução em Ativos Fiscais	3.000	10.000
6.01.02.05	(Aumento) / Redução em Outros Ativos	231.000	515.000
6.01.02.06	Aumento / (Redução) em Fornecedores	-22.000	0
6.01.02.07	Aumento / (Redução) em Obrigações Fiscais e Trabalhistas	-17.000	-13.000
6.01.02.08	Aumento / (Redução) em Outros Passivos	154.000	-536.000
6.01.03	Outros	-76.000	-165.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-8.000	-55.000
6.01.03.02	Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-68.000	-110.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.395.000	670.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-8.000	-148.000
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso e Intagível	-309.000	-503.000
6.02.03	Alienação de Imobilizado de Uso	0	49.000
6.02.04	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.712.000	1.288.000
6.02.05	Outros	0	-16.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.909.000	-989.000
6.03.01	Subscrição de Ações	3.000	188.000
6.03.02	Ações em Tesouraria	-13.000	-46.000
6.03.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-1.800.000	-1.210.000
6.03.05	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	141.000	605.000
6.03.06	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-233.000	-519.000
6.03.08	Amortização de Debêntures	-7.000	-7.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	48.000	266.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.897.000	1.539.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.945.000	1.805.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000	3.013.000	42.239.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000	3.013.000	42.239.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.300.000	74.000	-5.937.000	-1.025.000	0	-1.588.000	-15.000	-1.603.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.300.000	0	-5.000.000	0	0	300.000	0	300.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-14.000	0	0	0	-14.000	0	-14.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-202.000	0	-202.000	0	-202.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-823.000	0	-823.000	0	-823.000
5.04.08	Dividendo Execed. Mín. Obrig. Exerc. Ant.	0	0	-718.000	0	0	-718.000	0	-718.000
5.04.09	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	96.000	-96.000	0	0	0	0	0
5.04.10	Aumento de Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	-15.000	-15.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-8.000	-123.000	0	0	-131.000	0	-131.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.796.000	134.000	3.930.000	69.000	3.999.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.796.000	0	3.796.000	69.000	3.865.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	134.000	134.000	0	134.000
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	134.000	134.000	0	134.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.771.000	-2.771.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.771.000	-2.771.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.325.000	601.000	8.993.000	0	-351.000	41.568.000	3.067.000	44.635.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000	2.843.000	35.974.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000	2.843.000	35.974.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.025.000	2.000	-5.238.000	-928.000	0	-1.139.000	-36.000	-1.175.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.025.000	0	-4.500.000	0	0	525.000	0	525.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-36.000	0	0	0	-36.000	0	-36.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-184.000	0	-184.000	0	-184.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-744.000	0	-744.000	0	-744.000
5.04.08	Juros s/Capital Próprio Execed. Min. Obrig. Exerc. Ant.	0	0	-617.000	0	0	-617.000	0	-617.000
5.04.10	Aumento de Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	-36.000	-36.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	38.000	-121.000	0	0	-83.000	0	-83.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.438.000	116.000	3.554.000	140.000	3.694.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.438.000	0	3.438.000	140.000	3.578.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	116.000	116.000	0	116.000
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	116.000	116.000	0	116.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.510.000	-2.510.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.510.000	-2.510.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	27.025.000	415.000	8.865.000	0	-759.000	35.546.000	2.947.000	38.493.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	3.044.000	3.279.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.026.000	3.070.000
7.01.02	Outras Receitas	18.000	209.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.896.000	-1.864.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.568.000	-1.584.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-321.000	-277.000
7.02.04	Outros	-7.000	-3.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.148.000	1.415.000
7.04	Retenções	-324.000	-306.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-324.000	-306.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	824.000	1.109.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.256.000	3.528.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.050.000	3.409.000
7.06.02	Receitas Financeiras	200.000	113.000
7.06.03	Outros	6.000	6.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.080.000	4.637.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.080.000	4.637.000
7.08.01	Pessoal	392.000	411.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	315.000	338.000
7.08.01.02	Benefícios	55.000	52.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.000	21.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	584.000	486.000
7.08.02.01	Federais	476.000	406.000
7.08.02.02	Estaduais	104.000	76.000
7.08.02.03	Municipais	4.000	4.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	239.000	162.000
7.08.03.01	Juros	239.000	162.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.865.000	3.578.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	823.000	744.000
7.08.04.02	Dividendos	202.000	184.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.771.000	2.510.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	69.000	140.000

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a junho de 2015

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a junho de 2015, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015 (1S15) foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva e com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Em atendimento as práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis, foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) AMBIENTE ECONÔMICO

Os países desenvolvidos continuaram em recuperação durante o primeiro semestre de 2015. Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB acumulado em 12 meses alcançou 2,6% em março. A taxa de desemprego segue em queda. Na zona do euro, o crescimento nesse período foi mais modesto, de apenas 1%. Entretanto, a economia vem surpreendendo positivamente após a adoção de políticas de expansão monetária em março. Os níveis de emprego na Europa têm aumentado e o risco de deflação nas principais economias avançadas tem se afastado.

Nos países emergentes, houve desaceleração do crescimento. O PIB da China cresceu apenas 7% nos 12 meses terminados em junho. As commodities continuaram a cair na primeira metade deste ano, especialmente o petróleo e os metais industriais, após terem ensaiado uma leve recuperação.

No cenário doméstico, a atividade econômica continua em desaceleração. No primeiro trimestre, o PIB teve uma contração de 0,2% na comparação com o último trimestre de 2014. Indicadores preliminares sugerem uma nova contração no segundo trimestre. A redução do ritmo de atividade vem afetando o mercado de trabalho: depois de atingir um mínimo de 4,6% no segundo trimestre do ano passado, a taxa de desemprego subiu para 6,4% em junho de 2015.

A inflação em doze meses até junho elevou-se para 8,9%. Essa taxa decorre em parte do reajuste dos preços regulados, que aumentaram 15% nesse mesmo período. Nesse contexto, o Banco Central (BC) continuou com o ciclo de elevação da taxa de juros básica, que alcançou 13,75% em junho e em julho foi elevada para 14,25%.

O real perdeu valor frente ao dólar e terminou o primeiro semestre em R\$ 3,10/US\$, desvalorizando 16,6% no período. A taxa de câmbio foi pressionada tanto por fatores externos, como o fortalecimento do dólar frente às outras moedas e a queda nos preços de *commodities*, quanto por fatores domésticos. Em março, o BACEN (Banco Central do Brasil) interrompeu o programa de vendas diárias de *swaps* cambiais e desde então vem reduzindo o ritmo de rolagem desses contratos.

O desempenho da indústria no primeiro semestre foi desfavorável. A produção industrial retraiu 6,3% ante o mesmo período do ano anterior. A produção de bens de capital contraiu 20%. Este foi o maior recuo entre as categorias de bens industriais (bens de consumo, capital e intermediários), sendo que todas apresentaram contração. A queda na confiança do empresário industrial, o alto nível de estoques, o encolhimento do nível de emprego e as incertezas no mercado doméstico dificultam uma recuperação do setor no curto prazo.

2) DESTAQUES



O Conselho de Administração da Itaúsa homologou, em 27/04/2015, aumento do capital social no montante de R\$ 300 milhões.

A exemplo do que ocorreu nos dois últimos anos, a Assembleia Geral, que ocorreu 30/04/2015, aprovou

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

bonificação em ações, mediante capitalização de reservas de lucros, no valor de R\$ 5,0 bilhões. A bonificação de ações ocorreu de forma gratuita, sendo emitida uma nova ação para cada dez ações da mesma espécie que a detida (bonificação de 10%).

Evento subsequente: O Conselho de Administração da Itaúsa deliberou, em 10/08/2015, pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP), a saber:

- Valor de R\$ 0,086500 por ação (R\$ 0,073525 por ação líquidos de IR na fonte), por conta do dividendo obrigatório do exercício de 2015.
- O JCP será pago em 25/08/2015 com base na posição acionária final do dia 12/08/2015.

A Itaúsa foi novamente listada dentre os 200 maiores grupos brasileiros na Edição Especial da Revista Exame 2015.



Em junho de 2015, o BACEN homologou a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Itaú Unibanco, referente ao aumento do capital social em R\$ 10,15 bilhões, mediante capitalização de reservas estatutárias de lucros com bonificação de 10% em ações. Desta forma, os acionistas do Itaú Unibanco também receberam gratuitamente, pelo terceiro ano consecutivo, uma nova ação para cada dez ações da mesma espécie que possuíam.

A fusão do Itaú Chile com o CorpBanca foi aprovada pelas assembleias de acionistas do Banco Itaú Chile e do CorpBanca em junho de 2015. A conclusão dessa operação está sujeita à autorização do regulador competente no Chile, a Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras.

A concretização da fusão trará os seguintes benefícios para os acionistas do Banco Itaú Chile e do CorpBanca:

- Criação de uma das instituições financeiras mais robustas da América Latina;
- Maior rede de atendimento a clientes;
- Menores custos de funding e maior capacidade de alavancagem do capital de Nível 1; e
- Sinergias anuais estimadas em US\$ 100 milhões, antes de impostos, após a conclusão da integração dos bancos.

Em maio de 2015, o Itaú Unibanco reabriu o mercado de captação em dólar, através da emissão de notas seniores de 3 anos com vencimento em maio de 2018, no montante de US\$ 1,050 bilhão. O retorno aos investidores foi de 2,86%. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para propósitos corporativos gerais. A operação recebeu classificação de grau de investimento pelas três principais agências de rating: Moody's, Standard&Poor's e Fitch.

Ao final de junho de 2015 o índice de Basileia atingiu 17,2%, sendo 13,2% de Capital Principal e 4,0% de Capital Nível II, composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos, e dívidas subordinadas. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva do Itaú Unibanco de absorver perdas.

Evento subsequente: Em reunião do Conselho de Administração do Itaú Unibanco do dia 3 de agosto foi deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio (JCP) complementares, a saber:

- Valor do provento: R\$ 0,3460 por ação, que serão pagos com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R\$ 0,2941 por ação.
- Direito ao provento: os acionistas que no final do dia 12 de agosto possuírem ações ITUB3 ou ITUB4, lembrando que ambos ativos conferem ao seu detentor o mesmo valor de JCP.
- Data do pagamento: o crédito correspondente a esses juros será efetuado nos registros contábeis da companhia em 25 de agosto, de forma individualizada a cada acionista com base na posição de 12 de agosto.



No 1º semestre de 2015 a Duratex investiu um total de R\$ 239 milhões. A previsão de investimentos para esse ano é de aproximadamente R\$ 516,2 milhões (considerando o valor da aquisição da Duchacorona), destinados somente à sustentação das operações. Desse total um montante aproximado de R\$ 177 milhões refere-se ao plantio e manutenção das áreas florestais.

A Duratex continua com seu esforço para aumentar a produtividade e eficiência como forma de se preparar para os desafios dos próximos anos, tornando-se cada vez mais competitiva. Com a contratação da consultoria especializada para o desenvolvimento do Sistema de Gestão Duratex, foram mapeadas mais de 300 macroações na busca de redução de custos e maior

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

eficiência. Nesse projeto a Companhia, por meio da revisão de processos, está aprimorando suas operações.

Evento subsequente: O contrato de aquisição da Duchacorona Ltda. foi assinado em 1º de julho após a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O valor de aquisição é de R\$ 116,2 milhões, dos quais R\$ 84 milhões através de assunção de dívidas. Essa operação está alinhada à estratégia de crescimento em segmentos sinérgicos aos negócios atuais da Companhia em continuidade ao movimento iniciado em 2012 com a compra da Thermosystem. Com essa aquisição a Duratex assume a vice-liderança no setor de chuveiros e torneiras elétricas, passando a deter 30% do mercado.

Elekeiroz

Os investimentos da Elekeiroz alcançaram R\$ 68,2 milhões no semestre. Destaque para a conclusão do projeto de interligação e adaptação da planta de gases industriais (PGE) ao complexo da empresa em Camaçari, que proporcionará diminuição no custo de fabricação dos oxo-álcoois e seus derivados já no 2º semestre,

aumentando assim a competitividade da empresa. No 2º trimestre foi realizada a parada programada de manutenção da unidade de ácido sulfúrico, que somada às paradas das unidades de anidrido ftálico, oxo-álcoois e da própria PGE, no primeiro trimestre, totaliza R\$ 40,2 milhões e compõe o investimento total do semestre. As modificações e melhorias realizadas durante a parada da planta de ácido sulfúrico propiciarão aumento de capacidade de cerca de 12% deste produto, já a partir do terceiro trimestre de 2015.

Itautec

Em continuidade ao processo de desativação paulatina da Unidade de Computação, foram entregues durante o primeiro semestre de 2015 6,8 mil equipamentos entre *desktops*, *notebooks* e servidores. Como anteriormente informado, a Itautec continua honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itautec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus clientes.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO

O lucro líquido recorrente de janeiro a junho de 2015 foi de R\$ 4.169 milhões – crescimento de 25,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 20,7%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 3.796 milhões com rentabilidade de 18,9%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Lucro Líquido	3.796	3.438	69	140	3.865	3.578
Lucro Líquido Recorrente	4.169	3.334	69	120	4.238	3.454
Patrimônio Líquido	41.568	35.546	3.067	2.947	44.635	38.493
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,9%	20,1%	4,5%	9,6%	17,8%	19,3%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	20,7%	19,5%	4,5%	8,2%	19,6%	18,6%

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores por Ação	R\$ por ação		
	30/06/2015	30/06/2014	Evolução (%)
Lucro Líquido da Controladora	0,56	0,52	9,3
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,62	0,50	23,8
Valor Patrimonial da Controladora	6,15	5,29	16,2
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,13	0,12	9,8
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	8,90	7,85	13,3
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	60.144	52.756	14,0

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 30 de abril de 2015.

DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL RECORRENTE POR ÁREA

Como *holding* pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes.

Resultado de Equivalência Patrimonial (REP) por áreas	01/01 a		01/01 a		Em R\$ Milhões
	30/06/2015	%	30/06/2014	%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	4.284	100,0%	3.433	98,7%	24,8%
Área Industrial	1	0,0%	44	1,3%	-97,7%
Duratex	37	0,9%	68	2,0%	-45,6%
Elekeiroz	(15)	-0,4%	(3)	-0,1%	400,0%
Itautec	(21)	-0,5%	(21)	-0,6%	0,0%
Outros	(3)	-0,1%	1	0,0%	
Total REP Recorrente	4.282	100,0%	3.478	100,0%	23,1%
Resultado Próprio da Itaúsa Líquido de Impostos	(113)		(144)		
Lucro Líquido Recorrente	4.169		3.334		25,0%
Resultado não recorrente	(373)		104		
Lucro Líquido	3.796		3.438		10,4%

Comentário do Desempenho



RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Lucro Líquido	3.796	3.438	69	140	3.865	3.578
Inclusão / (exclusão) dos efeitos não recorrentes	373	(104)	-	(20)	373	(124)
Próprio	142	-	-	-	142	-
Amortização de Ágios	142	-	-	-	142	-
Decorrentes de participação acionária do Itaú Unibanco Holding	234	10	-	-	234	10
Movimentação de Ações em Tesouraria	172	(25)	-	-	172	(25)
Amortização de Ágios	14	-	-	-	14	-
Cofins/ Provisão para Perdas sobre Prejuízo Fiscal - Porto Seguro	-	21	-	-	-	21
Ganho Fiscal na Tese de Alargamento da Base de Cálculo de PIS e COFINS - IRB	-	(12)	-	-	-	(12)
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	(16)	-	-	-	(16)	-
Provisão para Contingências Cíveis - Planos Econômicos	31	26	-	-	31	26
Provisão para Contingências Fiscais e Previdenciárias	17	-	-	-	17	-
Redução ao Valor Recuperável	16	-	-	-	16	-
Decorrentes de participação acionária das demais empresas controladas	(3)	(114)	-	(20)	(3)	(134)
Duratex	-	(9)	-	(18)	-	(27)
Elekeiroz	(3)	-	-	-	(3)	-
Itautec	-	(105)	-	(2)	-	(107)
Lucro Líquido Recorrente	4.169	3.334	69	120	4.238	3.454

Comentário do Desempenho



PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Junho	Em R\$ Milhões				CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Área de Serviços Financeiros		Área Industrial		
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2015	1.133.898	8.860	699	240	50.816
	2014	1.039.731	8.607	695	388	44.401
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2015	88.345	1.967	407	18	6.440
	2014	73.591	1.887	463	79	5.811
Lucro Líquido	2015	11.518	107	(12)	(21)	3.865
	2014	9.317	220	(3)	(14)	3.578
Patrimônio Líquido	2015	103.959	4.687	453	88	44.635
	2014	88.250	4.504	494	133	38.493
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2015	23,0%	4,6%	-5,4%	-43,0%	17,8%
	2014	22,1%	9,9%	-1,4%	-19,5%	19,3%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2015	26.054	490	5	(16)	323
	2014	41.328	501	13	(47)	708

(1) O Consolidado Itaúsa inclui consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidações e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo métodos de equivalência patrimonial

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

- Duratex, Elekeiroz e Itautec: vendas de produtos e serviços.

- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladoras em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez14 + mar + jun)/3).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

3.1) Área de Serviços Financeiros



Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,91% detida pela Itaúsa direta e indiretamente.

Resultados

O lucro líquido do primeiro semestre de 2015 atribuível aos acionistas controladores foi 23,6% superior ao resultado apurado no mesmo período do ano anterior e

Ativos

O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,1 trilhão ao final de junho de 2015, com crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado principalmente pelo aumento das aplicações interfinanceiras de liquidez, dos títulos mobiliários e das operações de crédito.

totalizou R\$ 11,5 bilhões. O Itaú Unibanco atingiu uma rentabilidade anualizada de 23,0% sobre o patrimônio líquido médio (22,1% em 2014). O lucro líquido recorrente acumulado de janeiro a junho de 2015 alcançou R\$ 11,7 bilhões, um crescimento de 24,1% em relação ao mesmo período de 2014, atingindo um retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 23,3%.

Contribuíram para o aumento do lucro líquido do primeiro semestre de 2015 (1S15): o aumento de 12,3% nas receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias, em relação ao mesmo período de 2014, devido principalmente ao crescimento das receitas de cartão de crédito, parcialmente compensado pelo crescimento de 8,8% nas Despesas Gerais e Administrativas.

Comentário do Desempenho



A diversificação dos negócios do Itaú Unibanco reflete-se na mudança da composição da carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em segmentos de menor risco e com maiores garantias.

Carteira de Crédito

Em 30 de junho de 2015 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 532,2 bilhões, com crescimento de 9,1% em relação a 30 de junho de 2014, devido principalmente ao aumento das carteiras de crédito consignado, grandes empresas e América Latina. Se considerarmos também os riscos de crédito na modalidade de títulos privados, essa evolução atinge 9,3%. Desconsiderando-se o efeito da variação cambial, a carteira de crédito, incluindo títulos privados, teria aumentado 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Carteira de Crédito	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	Em R\$ Milhões	
				Jun/15 x Dez/14	Jun/15 x Jun/14
Pessoas Físicas	187.563	186.505	172.428	0,6%	8,8%
Cartão de crédito	56.247	59.321	53.191	-5,2%	5,7%
Crédito Pessoal	29.997	28.505	28.582	5,2%	5,0%
Crédito consignado	45.513	40.525	29.886	12,3%	52,3%
Veículos	23.871	29.047	34.249	-17,8%	-30,3%
Crédito Imobiliário	31.934	29.107	26.521	9,7%	20,4%
Pessoas Jurídicas	295.704	295.761	278.924	0,0%	6,0%
Grandes Empresas	212.266	211.637	196.065	0,3%	8,3%
Micro, pequenas e médias empresas	83.438	84.125	82.859	-0,8%	0,7%
América Latina (*)	48.978	43.923	36.610	11,5%	33,8%
Total com avais e fianças	532.245	526.190	487.962	1,2%	9,1%
Grandes Empresas - títulos privados (**)	34.850	34.175	30.801	2,0%	13,1%
Total com avais, fianças e títulos privados	567.095	560.365	518.763	1,2%	9,3%
Total com avais, fianças e títulos privados (ex-variação cambial)	567.095	576.562	552.619	-1,6%	2,6%

(*) Inclui Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai

(**) Inclui debêntures, CRI e *commercial paper*

Pessoas Físicas – No Brasil a carteira de crédito para Pessoas Físicas alcançou R\$ 187,6 bilhões em 30 de junho de 2015, crescimento em 12 meses de 8,8%. O saldo da carteira de crédito do Itaú Unibanco ao final do primeiro semestre reflete a estratégia de priorização por carteiras de menor risco. Destaques:

➔ O Itaú Unibanco é líder em valor transacionado no segmento de **cartão de crédito** no Brasil. O saldo desta carteira em 30 de junho de 2015 alcançou R\$ 56,3 bilhões, um aumento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O valor transacionado em compras com cartões de crédito atingiu R\$ 120,9 bilhões de janeiro a junho de 2015, o que representou um acréscimo de 8,5% em relação ao mesmo período de 2014.

➔ No segmento de **cartões de débito**, que inclui apenas clientes correntistas, o Itaú Unibanco conta com uma base de 26,0 milhões de contas. O valor transacionado alcançou R\$ 39,3 bilhões no primeiro semestre de 2015, com crescimento de 15,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

➔ O Itaú Unibanco também é líder em saldo de **crédito consignado** entre os bancos privados brasileiros. O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 45,5 bilhões (R\$ 15,7 bilhões na rede de agências e R\$ 29,8 bilhões nos demais canais de comercialização), crescimento de 52,3% em relação a 30 de junho de 2014, atingindo 8,6% do total de crédito do banco. Os destaques foram as carteiras de aposentados e pensionistas do INSS e de funcionários do setor

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

público que, somadas, cresceram 59,5% em relação ao final de junho de 2014.

- ➔ O saldo da carteira de **crédito pessoal** alcançou R\$ 30,0 bilhões, 5,0% superior ao mesmo período do ano anterior.
- ➔ O Itaú Unibanco também é líder no **financiamento de imóveis** para pessoa física entre os bancos privados brasileiros com utilização dos recursos da poupança (SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo). O saldo da carteira de crédito imobiliário alcançou R\$ 31,9 bilhões, evolução de 20,4% em 12 meses. A relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem financiado foi de aproximadamente 43,4% no primeiro semestre de 2015.
- ➔ O saldo da carteira de **crédito de veículos** alcançou R\$ 23,9 bilhões. A relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem financiado, médio da carteira, foi de 72,2% em junho de 2015, seguindo tendência de redução ao longo dos últimos trimestres.

Pessoas Jurídicas - No Brasil, a carteira de crédito com avais e fianças para Pessoas Jurídicas, atingiu R\$ 295,7 bilhões em 30 de junho de 2015, apresentando crescimento de 6,0% ao mesmo período de 2014. Destaques:

- ➔ O saldo da carteira de crédito para **grandes empresas** atingiu R\$ 212,3 bilhões em 30 de junho de 2015. No período de janeiro a junho de 2015, destacam-se as operações em moeda estrangeira que tiveram um crescimento de 7,4%, quando comparadas ao mesmo período de 2014, enquanto as operações em moeda nacional apresentaram crescimento de 2,0% em relação ao primeiro semestre do ano anterior.
- ➔ O saldo da carteira de **crédito de micro, pequenas e médias empresas** R\$ 83,4 bilhões em 30 de junho de 2015. O Itaú Unibanco manteve o foco na revisão e simplificação da oferta de produtos para Micro, Pequenas e Médias Empresas. Como exemplo, a “Conta Certa”, que, além de possuir mais serviços, possibilita aos clientes personalizarem as quantidades de boletos, DOC's, TED's, custódia de cheques, entre outros, de acordo com a sua necessidade.

A carteira de crédito dos **outros países da América Latina** apresentou crescimento de 33,8 % em relação a junho de 2014. Desconsiderando o efeito da variação cambial das respectivas moedas locais frente ao real, o

crescimento da carteira de crédito da América Latina foi de 10,1 % no período.

Inadimplência

A estratégia de redução de risco na concessão de crédito do Itaú Unibanco, iniciada em 2011, impactou no índice de inadimplência, influenciado principalmente pela mudança do perfil de crédito de sua carteira:

- ➔ Índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias), alcançou 3,3 % em 30 de junho de 2015, apresentando uma melhora de 0,1 p.p. em relação a 30 de junho de 2014;
- ➔ Na carteira de clientes pessoas físicas esse índice atingiu 4,6% ao final de junho de 2015, melhora de 0,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- ➔ Na carteira de clientes pessoas jurídicas ficou em 2,2 % ao final de junho de 2015, aumento de 0,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,8 trilhão em 30 de junho de 2015, aumento de 10,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em relação a junho de 2014, o Itaú Unibanco aumentou em 5,7% os depósitos à vista somados aos de poupança. A relação entre a Carteira de Crédito e Captação atingiu 81,3% em 30 de junho de 2015.

Serviços

- ➔ **Gestão de Ativos:** em junho de 2015 o Itaú Unibanco atingiu R\$ 437,1 bilhões em recursos sob gestão, de acordo com o ranking de gestão ANBIMA, representando 15,2 % do mercado.
- ➔ No mercado de **custódia**, o Itaú Unibanco somou R\$ 1.034,0 bilhão de ativos, segundo o ranking ANBIMA em junho de 2015, representando um aumento de 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Prestou serviços a 221 empresas listadas na BM&F Bovespa, representando 61,6 % do mercado de Escrituração de Ações. Também atuou como escriturador de 496 emissões de debêntures até junho de 2015, o que representa 52,2 % do mercado.
- ➔ **Consórcio:** O Itaú Unibanco atingiu 411 mil contratos ativos, apresentando aumento de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. As

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

receitas de administração alcançaram R\$ 322,9 milhões de janeiro a junho de 2015.

- **Banco de Investimentos:** entre janeiro e junho de 2015 a operação de Fusões e Aquisições no Brasil, que prestou assessoria financeira a 19 transações, totalizando US\$ 5,0 bilhões e obtendo posição de liderança no ranking Thomson Reuters. Em renda fixa, participou em operações de debêntures, notas promissórias e securitizações que totalizaram R\$ 6,7 bilhões no período de janeiro a junho de 2015. Em emissões internacionais de renda fixa de empresas latino americanas, originou US\$ 832 milhões no período.
- **Meios de Pagamentos Eletrônicos (REDE):** no primeiro semestre de 2015 o Itaú Unibanco atingiu 1.965,7 milhões de transações em cartões de débito e crédito, um aumento de 7,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Itaú Unibanco encerrou o período com 1,9 milhão de equipamentos instalados, crescimento de 10,8% em relação ao ano anterior.
- **Seguros, Previdência e Capitalização:** Os prêmios ganhos apresentaram redução de 4,3% em relação ao primeiro semestre de 2014, atingindo R\$ 2,8 bilhões no período (não considerando a participação do Itaú Unibanco na Porto Seguro, na qual detemos 30% de seu capital). As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 121,8 bilhões em 30 de junho de 2015. A captação total dos planos de previdência totalizou R\$ 9,4 bilhões no primeiro semestre de 2015, crescimento de 14,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em capitalização, o Itaú Unibanco atingiu 15,9 milhões de títulos vigentes em junho de 2015, apresentando aumento de 12,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O lucro líquido recorrente no semestre somou R\$ 106,9 milhões, resultado 43,7% inferior àquele no 1º semestre de 2014. Dois fatores não caixa explicam parte dessa queda: o valor justo do ativo biológico que foi menor em R\$ 47,0 milhões por conta da estabilidade do preço da madeira e pelo aumento da depreciação decorrente dos investimentos realizados até 2014. Além disso, mesmo com a dívida líquida estável houve um aumento nas despesas financeiras decorrente principalmente do aumento da taxa de juros.

A **Divisão Madeira**, no acumulado do primeiro semestre de 2015 apresentou receita líquida de R\$ 1.294,5 milhões, 7,5% acima do mesmo semestre em 2014. O 2º trimestre transcorreu com forte pressão inflacionária, aumento de custos, vide energia e fraco volume de vendas. Diante desse cenário, a Duratex concentrou seus esforços na manutenção das margens através dos cortes de custos e com a melhora no mix de produtos.

No primeiro semestre de 2015, a **Divisão Deca** apresentou receita líquida de R\$ 672,0 milhões, queda de 1,6% em relação ao primeiro semestre de 2014. No entanto, no primeiro semestre de 2015 a receita líquida unitária foi 5,9% acima do mesmo semestre em 2014. Apesar do difícil cenário a Divisão Deca conseguiu manter a margem EBITDA próximo a 19% com melhora do mix de vendas. Destaca-se o aumento no trimestre de 22% no volume de vendas de produtos economizadores de água quando comparado com o mesmo período em 2014.

Elekeiroz

A receita líquida acumulada do 1º semestre de 2015 foi de R\$ 406,8 milhões, 12% abaixo da realizada em 2014. A diminuição da receita foi influenciada principalmente pela queda das exportações (44% menor que em 2014); no mercado interno houve retração de 7%.

O custo dos produtos vendidos somou no acumulado do semestre R\$ 386,4 milhões, 12% abaixo do mesmo período no ano anterior.

O lucro bruto do semestre foi de R\$ 20,4 milhões, inferior ao mesmo período do ano anterior em 4%, impactado por custos relativos às paradas para manutenção programadas em várias unidades no primeiro trimestre.

O EBITDA no 1º semestre foi de R\$ 4,5 milhões, 60% abaixo do realizado no mesmo período do ano anterior. A Companhia apresentou um prejuízo líquido no 1º semestre de R\$ 12,4 milhões (R\$ 3,4 em 2014).

3.2) Área Industrial



A receita líquida da Duratex totalizou R\$ 1.966,6 milhões no período de janeiro a junho de 2015, sendo R\$ 155,9 milhões referente à participação da controlada colombiana, Tablemac. Este desempenho representa um aumento de 4,2% no comparativo do semestre com o mesmo semestre do ano anterior. O 1º semestre de 2015 apresentou uma retração de 5,1% no EBITDA ajustado e recorrente com margem de 21,6% contra 23,7% do 1º semestre de 2014.

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

Ao final de junho a dívida líquida totalizou R\$ 141,9 milhões, correspondendo a 31% do patrimônio líquido.

Itautec

A receita líquida consolidada de vendas e serviços do primeiro semestre de 2015 (1S15) foi de R\$ 17,5 milhões.

O resultado bruto acumulado do semestre foi negativo em R\$ 3,7 milhões.

As despesas operacionais (comerciais, administrativas e de pesquisa e desenvolvimento) atingiram R\$ 14,4 milhões no 1S15.

Em razão dos fatores descritos acima, o resultado líquido do 1S15 foi um prejuízo de R\$ 21,1 milhões.

O saldo de disponibilidades financeiras ao final de junho de 2015 era de R\$ 21,1 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 78,8 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 57,7 milhões.

4) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 104 mil colaboradores no final de junho de 2015, incluindo aproximadamente 7,6 mil colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 6,6 bilhões no período.

5) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco

Em fevereiro de 2015, a Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental do Itaú Unibanco foi publicada com base nos critérios estabelecidos na Resolução do BACEN 4.327. De acordo com esta política, a análise dos riscos socioambientais é realizada com base nas características, necessidades, exposição a riscos e especificidades de cada frente de negócio.

Webserie do Uso Consciente do Dinheiro - Em janeiro de 2015 o Itaú Unibanco lançou a webserie sobre o Uso Consciente do Dinheiro, com a atuação no desenvolvimento da educação financeira na sociedade.

Houve 16,5 milhões de visualizações durante o período da campanha.

Duratex

A **Divisão Madeira** celebrou a recertificação da Cadeia de Custódia (COC – FSC®). Foram auditadas as fábricas de Agudos, Botucatu, Itapetininga, Taquari, Uberaba e o Centro de Distribuição de Pernambuco. Os produtos certificados são fabricados com madeira de florestas manejadas de forma economicamente viável, socialmente benéfica e ambientalmente correta.

A **Divisão Deca** desenvolveu uma série de produtos de metais sanitários para uso em prédios que une o já reconhecido design das peças com soluções tecnológicas que maximizam a economia de água. Linhas já existentes foram redesenhadas internamente e receberam novos arejadores e restritores que proporcionam menor vazão. As novas torneiras da linha Link, por exemplo, economizam até 73% mais do que o modelo atual. No caso da torneira de sensor Decalux, de uso comercial, a economia do novo modelo é de até 89%. A solução atende às especificações das principais metodologias para Certificação Ambiental de Edificações Sustentáveis, como os selos internacionais Leed®, Aqua® e Breeam®.

Comentário do Desempenho



6) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a junho de 2015, não foram contratados junto à BDO e partes a ela relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações desta Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC. No período de janeiro a junho de 2015, foram prestados os seguintes serviços:

- 21 de janeiro, 11 de fevereiro, 23 de março e 26 de maio de 2015 – aquisição de pesquisas e materiais técnicos;
- 22 de maio de 2015 – participação em curso aberto ao público, relacionado à gestão de capital humano;
- 11 de junho de 2015 – análise do tratamento fiscal relacionado às operações de venda para entrega futura.

7) AGRADECIMENTOS

Registramos votos de agradecimentos ao Dr. Carlos da Camara Pestana pelo empenho, intensa dedicação e valiosa contribuição ao Conglomerado Itaúsa por quase 40 anos que, na Assembleia Geral da Itaúsa de 30/04/2015, não foi reconduzido ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

Notas Explicativas



ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 30 de Junho de 2015
(Em milhões de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,41% das ações ordinárias e 16,93% das ações preferenciais, 34,02% do total.

Estas Demonstrações Contábeis intermediárias, Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 10 de agosto de 2015.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

Notas Explicativas



A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de Junho de 2015

- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Não há impactos dessa alteração, uma vez que a Itaúsa e suas Controladas já consideram este procedimento.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – o pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros do grupo, não causando, no entanto nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros do grupo.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios a se iniciar após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao tratar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*). Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Notas Explicativas



- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – Adoção Inicial, IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a escolher quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis, para isso deve-se considerar qual informação é imaterial. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios a se iniciar em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento efetivas para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4k, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 30/06/2015 era de R\$ 716 (R\$ 744 em 31/12/2014).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

Notas Explicativas



A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 30/06/2015 era de R\$ 674 (R\$ 586 em 31/12/2014).

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 45, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 10, líquido dos efeitos tributários.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

Notas Explicativas



	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/06/2015	Porcentagem do capital em 31/12/2014
Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,91%	36,72%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,53%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	97,80%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 i. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

Notas Explicativas



O CPC 02 / IAS 21 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

Notas Explicativas



(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA e suas controladas nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA e suas controladas de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas



III. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

Notas Explicativas



e) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais", na demonstração do resultado.

f) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

g) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Notas Explicativas



Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

h) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

i) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

Notas Explicativas



j) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

k) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta de Custos dos Produtos e Serviços no demonstrativo de resultado.

l) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

Notas Explicativas

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

m) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS**Planos de pensão - contribuição definida**

A ITAÚSA e suas controladas oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período.

n) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

Notas Explicativas

ITAÚSA

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

o) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

p) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

q) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Notas Explicativas

ITAÚSA

r) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

s) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

t) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 25.

Notas Explicativas**NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/06/2015	31/12/2014
Disponibilidades	36	43
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	118	135
Certificado de Depósitos Bancários	943	1.074
Operações Compromissadas	848	640
Letra Financeira do Tesouro	-	5
Total	1.945	1.897

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	30/06/2015	31/12/2014
Letra Financeira Subordinada	61	61
Letra Financeira do Tesouro	243	229
Total	304	290

Notas Explicativas**NOTA 5 - CLIENTES**

Contas a receber	30/06/2015	31/12/2014
Clientes no país	916	961
Clientes no exterior	123	101
Partes Relacionadas	52	54
<i>Impairment</i>	(52)	(47)
Total	1.039	1.069

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	30/06/2015	31/12/2014
A vencer	973	1.003
Vencidos até 30 dias	27	31
Vencidos de 31 a 60 dias	6	4
Vencidos de 61 a 90 dias	4	2
Vencidos de 91 a 180 dias	4	6
Vencidos há mais de 180 dias	77	70
Total	1.091	1.116

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o período findo em 30 de junho de 2015.

	30/06/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(47)	(38)
Constituição	(7)	(21)
Reversão	1	3
Baixa de títulos	1	9
Saldo Final	(52)	(47)

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 6 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS****a) Outros Ativos**

	30/06/2015	31/12/2014
Outros Ativos Financeiros	1.252	1.080
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	88	149
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	858	607
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	21	21
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	153	164
Créditos com Precatório	87	87
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	11	26
Outros Valores a Receber	34	26
Outros Ativos Não Financeiros	28	30
Despesas Antecipadas	6	20
Outros	22	10

b) Outros Passivos

	30/06/2015	31/12/2014
Fornecedores	194	213
Provisão de Pessoal	167	163
Sociedade em Conta de Participação (*)	109	108
Adiantamento de Clientes	29	7
Aquisição de Empresas	30	34
Rendas Antecipadas	6	7
Fretes e Seguros a Pagar	17	16
Comissões a Pagar	10	9
Aquisição Áreas Reflorestamento e Ativo imobilizado	8	12
Provisões para Garantias e Reestruturação	25	33
Outras Contas a Pagar	78	81
Total	673	683

(*) Valor da participação dos sócios terceiros em projetos de reflorestamento, onde a Duratex, através de sua controlada Duratex Florestal, contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuíram com recursos em espécie.

Notas Explicativas



NOTA 7 - ESTOQUES

	30/06/2015	31/12/2014
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	344	327
Produtos Acabados	343	302
Produtos em elaboração	114	105
Almoxarifado Geral	100	101
Adiantamento a Fornecedores	4	9
Provisão para perdas nos estoques	(10)	(13)
Total	895	831

O custo dos estoques reconhecidos no resultado é incluídos em "Custo dos Produtos e Serviços" totalizou em 30 de junho de 2015 R\$ 1.816 (R\$ 1.774 em 30 de junho de 2014).

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 8 - INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Participações em Subsidiárias e Entidades Controladas em Conjunto

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido 01/01 a 30/06/2015	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Entidades Controladas em Conjunto							
Itaú Unibanco Holding S.A.	85.148	103.959	11.518	1.071.022.909	93.291	⁽¹⁾ 36,91%	⁽²⁾ 64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	12.430	25.790	1.539	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Subsidiárias							
Duratex S.A.	1.868	4.610	104	235.621.037	-	35,53%	35,53%
Elekeiroz S.A.	322	453	(12)	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	272	88	(21)	10.953.371	-	97,80%	97,80%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	62	103	(3)	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	38	1	-	12.200.000	-	100,00%	100,00%

(1) Inclui participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,66% e indireta de 17,25%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 25,93% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A.

(2) Inclui participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas



b) Movimentação dos Investimentos em Subsidiárias e Entidades Controladas em Conjunto

Empresas	Saldos em 31/12/2013	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio ⁽¹⁾	Resultado de Participação	Outros Resultados Abrangentes	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 30/06/2014	Valor de Mercado ⁽²⁾
Entidades Controladas em Conjunto	30.002	(1.663)	3.423	120	(83)	31.799	61.739
Itaú Unibanco Holding S.A.	16.490	(1.601)	2.511	63	(43)	17.420	61.739
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	13.512	(62)	912	57	(40)	14.379	-
Subsidiárias	2.179	(52)	159	(4)	-	2.282	2.994
Duratex S.A.	1.542	(46)	77	(4)	-	1.569	2.498
Elekeiroz S.A.	486	(6)	(3)	-	-	477	292
Itautec S.A.	46	-	84	-	-	130	204
Itaúsa Empreendimentos S.A.	104	-	1	-	-	105	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	-	-	1	-
Total Geral	32.181	(1.715)	3.582	116	(83)	34.081	64.733

Empresas	Saldos em 31/12/2014	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio ⁽¹⁾	Resultado de Participação	Outros Resultados Abrangentes	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 30/06/2015	Valor de Mercado ⁽²⁾
Entidades Controladas em Conjunto	35.766	(2.123)	4.050	120	(131)	37.682	68.918
Itaú Unibanco Holding S.A.	19.520	(2.017)	3.026	63	(70)	20.522	68.918
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	16.246	(106)	1.024	57	(61)	17.160	-
Subsidiárias	2.269	(27)	1	14	-	2.257	2.120
Duratex S.A.	1.607	(27)	37	14	-	1.631	1.725
Elekeiroz S.A.	449	-	(12)	-	-	437	252
Itautec S.A.	106	-	(21)	-	-	85	143
Itaúsa Empreendimentos S.A.	106	-	(3)	-	-	103	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	-	-	1	-
Total Geral	38.035	(2.150)	4.051	134	(131)	39.939	71.038

(1) Os dividendos e juros sobre capital próprio a receber estão registrados em Outros Ativos Financeiros.

(2) Valor justo dos investimentos em controladas e entidades controladas em conjunto com base nas cotações de ações das empresas. No Itaú Unibanco Holding considera-se participação indireta via IUPAR.

II - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2014		31/12/2014			01/01 a 30/06/2014	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,72	64,16	99.260	19.520	69.823	9.317	2.511
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	24.418	16.246	-	1.371	912
OKI Brasil	-	-	-	40	-	(37)	(11)
Outros	-	-	-	(8)	-	-	(3)
Total				35.798			3.409

	% de participação em 30/06/2015		30/06/2015			01/01 a 30/06/2015	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,91	64,16	103.959	20.522	68.918	11.518	3.026
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	25.790	17.160	-	1.539	1.024
Outros	-	-	-	(8)	-	-	-
Total				37.674			4.050

Notas Explicativas

ITAÚSA

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos ^(*)	30/06/2015	31/12/2014
Ativos	1.133.898	1.127.206
Caixa e Equivalente de Caixa	77.192	125.318
Ativos Financeiros	550.654	501.590
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	433.906	430.039
Ativos Fiscais	38.233	35.246
Demais Ativos	33.913	35.013
Passivos	1.028.163	1.026.586
Depósitos	280.443	294.773
Captações no Mercado Aberto	280.659	288.683
Outros Passivos Financeiros	296.583	288.200
Provisão de Seguros e Previdência Privada	118.743	109.778
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	17.826	17.027
Demais Passivos	33.909	28.125

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Receita de Juros e Rendimentos	68.961	56.703
Despesa de Juros e Rendimentos	(34.992)	(29.495)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	12.023	14.564
Imposto de Renda e Contribuição Social ^(*)	(306)	(5.120)
Lucro Líquido	11.717	9.444
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	11.518	9.317
Outros Resultados Abrangentes	330	325
Resultado Abrangente	11.848	9.642

(*) A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota da Contribuição Social para 20,00% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015. A MP ainda não foi convertida em Lei, estando pendente de apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional. Considerando ainda a existência de várias emendas complementares ao projeto de conversão em Lei reduzindo ou elevando a alíquota a patamares diferentes do proposto pelo Executivo, não foi reconhecido qualquer efeito pela referida elevação da alíquota sobre créditos tributários em 30 de junho de 2015.

Conciliação dos Investimentos Controlados em Conjunto	Itaú Unibanco Holding		IUPAR		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Patrimônio Líquido em 01/01/2015 e 01/01/2014	99.260	83.223	24.418	18.369	-	-
Lucro Líquido	11.518	9.317	1.539	4.019	-	-
Outros Resultados Abrangentes	330	325	85	279	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(4.449)	(6.994)	(160)	(161)	-	-
Reorganizações Societárias	(160)	(639)	-	-	-	-
Outras Movimentações no Patrimônio Líquido	(2.540)	14.028	(92)	1.912	-	-
Patrimônio Líquido em 30/06/2015 e 31/12/2014	103.959	99.260	25.790	24.418	-	-
Participação Societária	19,66%	19,56%	66,53%	66,53%	-	-
	20.435	19.413	17.160	16.246	37.595	35.659
Resultado Não Realizado	(13)	(14)	-	-	(13)	(14)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23 a)	100	121	-	-	100	121
Total	20.522	19.520	17.160	16.246	37.682	35.766

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 9 – IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2013			Movimentações				Saldo em 30/06/2014		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	686	-	686	84	(45)	-	1	726	-	726
Construções e Benfeitorias	4	983	(386)	597	104	-	(18)	25	1.087	(379)	708
Equipamentos e Instalações	5 a 20	3.729	(1.650)	2.079	197	(3)	(136)	85	4.001	(1.779)	2.222
Móveis e Utensílios	10	46	(31)	15	3	-	(2)	1	50	(33)	17
Veículos	10	52	(45)	7	3	-	(2)	-	53	(45)	8
Imobilizado em Andamento	-	407	-	407	103	-	-	(111)	399	-	399
Outros (Processamento de Dados e Outros Ativos)	4 a 20	136	(95)	41	-	(3)	(4)	(1)	126	(93)	33
TOTAL IMOBILIZADO		6.039	(2.207)	3.832	494	(51)	(162)	-	6.442	(2.329)	4.113

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2014			Movimentações				Saldo em 30/06/2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	727	-	727	10	-	-	9	746	-	746
Construções e Benfeitorias	4	1.114	(398)	716	2	-	(19)	19	1.136	(418)	718
Equipamentos e Instalações	5 a 20	4.169	(1.920)	2.249	28	-	(146)	230	4.427	(2.066)	2.361
Móveis e Utensílios	10	53	(34)	19	1	-	-	1	55	(34)	21
Veículos	10	56	(47)	9	1	-	(1)	-	57	(48)	9
Imobilizado em Andamento	-	318	-	318	158	-	-	(248)	228	-	228
Outros (Processamento de Dados e Outros Ativos)	4 a 20	145	(98)	47	12	-	(6)	12	169	(104)	65
TOTAL IMOBILIZADO		6.582	(2.497)	4.085	212	-	(172)	23	6.818	(2.670)	4.148

NOTA 10 – ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo em 31/12/2013			Movimentações			Saldo em 30/06/2014		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Despesa de Amortização	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20,00	59	(38)	21	10	(7)	-	69	(45)	24
Marcas e Patentes	-	15	(1)	14	1	-	-	15	(1)	14
Ágio por Rentabilidade Futura	-	714	-	714	-	-	-	714	-	714
Carteira de Clientes	6,67	396	(105)	291	-	(14)	15	412	(119)	293
TOTAL INTANGÍVEL		1.184	(144)	1.040	11	(21)	15	1.210	(165)	1.045

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo em 31/12/2014			Movimentações			Saldo em 30/06/2015		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Despesa de Amortização	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20,00	73	(48)	25	8	(3)	1	82	(51)	31
Marcas e Patentes	-	12	(1)	11	1	(1)	-	13	(2)	11
Ágio por Rentabilidade Futura	-	714	-	714	-	-	-	714	-	714
Carteira de Clientes	6,67	412	(133)	279	-	(14)	1	413	(147)	266
TOTAL INTANGÍVEL		1.211	(182)	1.029	9	(18)	2	1.222	(200)	1.022

NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de junho de 2015, a Duratex Florestal Ltda. e a Tablemac S.A., possuíam aproximadamente 166,9 mil hectares em áreas de efetivo plantio (164,6 mil hectares em 31/12/2014) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e na Colômbia.

Notas Explicativas**ITAÚSA****a) Estimativa do Valor Justo**

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2015	31/12/2014
Custo de formação dos ativos biológicos	831	785
Diferencial entre o custo e o valor justo	564	570
Valor justo dos ativos biológicos	1.395	1.355

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

Notas Explicativas**ITAÚSA****c) Movimentação**

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	30/06/2015	31/12/2014
Saldo inicial	1.355	1.126
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	77	221
Exaustão	(82)	(181)
Variação do Valor Histórico		
Formação	97	292
Exaustão	(52)	(103)
Saldo final	1.395	1.355
	30/06/2015	31/12/2014
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(5)	40
Variação do Valor Justo	77	221
Exaustão do Valor Justo	(82)	(181)

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.019	3.959	1.791	3.625
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(686)	(1.346)	(609)	(1.233)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões	558	1.252	612	1.186
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	692	1.377	591	1.159
Resultado de Investimentos no Exterior	1	-	2	5
Juros Sobre o Capital Próprio	7	10	-	37
Reversão de Crédito Fiscal Diferido	(142)	(142)	-	-
Outras	-	7	19	(15)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(128)	(94)	3	(47)

Notas Explicativas



b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I - O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido estão representados por:

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2014
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	294	-	5	299
Créditos de Liquidação Duvidosa	3	-	1	4
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	-	2
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Provisões para Passivos Contingentes	142	(10)	43	175
Outros	146	(61)	20	105
Total do Ativo Fiscal Diferido	729	(71)	69	727
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(56)	1	-	(55)
Valor Presente de Financiamento	(7)	-	-	(7)
Resultado do Swap	(17)	15	-	(2)
Depreciação	(8)	-	(12)	(20)
Planos de Pensão	(4)	-	-	(4)
Venda de Imóvel	(6)	2	-	(4)
Outras Obrigações	(120)	7	(3)	(116)
Ajustes CPCs / IFRS	(301)	-	(61)	(362)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(519)	25	(76)	(570)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	210	(46)	(7)	157
<hr/>				
	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2015
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	369	(21)	76	424
Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(1)	-	5
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	-	-	3
Ágio na Aquisição do Investimento	142	(142)	-	-
Provisões para Passivos Contingentes	189	(5)	59	243
Outros	35	(9)	15	41
Total do Ativo Fiscal Diferido	744	(178)	150	716
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(54)	1	-	(53)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	-	(5)
Resultado do Swap	(44)	-	(24)	(68)
Depreciação	(105)	-	(13)	(118)
Planos de Pensão	(4)	-	(1)	(5)
Venda de Imóvel	(4)	1	-	(3)
Outras Obrigações	(31)	-	(15)	(46)
Ajustes CPCs / IFRS	(376)	30	-	(346)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(623)	32	(53)	(644)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	121	(146)	97	72

Notas Explicativas**ITAÚSA**

II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos existentes em 30/06/2015, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	30/06/2015	31/12/2014
Ativo Fiscal Diferido:	716	744
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	130	109
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	586	635
Passivo Fiscal Diferido	(644)	(623)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(644)	(623)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	72	121

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empresa	Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	30/06/2015		31/12/2014	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duratex	BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	69	37	76	69
	BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	8	-	24	-
	BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	64	177	66	208
	BNDES	4,6 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	5	9	5	11
	BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	2	1	3
	FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Pré 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	6	47	5	46
	FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	-	7	-	4
	BNDES PROGEREN	TJLP + 2,85 % a.a.	Nota Promissória	14	-	27	-
	BNDES PROGEREN	9,0 % a.a.	Duplicatas	-	-	1	-
	CREDITO INDUSTRIAL	103 % CDI	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	167	-	207	-
	CREDITO INDUSTRIAL COM SWAP	12,7 % a.a.	Aval - Duratex Coml. Exportadora S.A.	-	-	58	-
	FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	23	104	20	111
	FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	35	1	29
	PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Inv. e Hipoteca de bens	9	2	12	4
	CREDITO EXPORTAÇÃO COM SWAP	8,0 % a.a.	-	1	58	1	58
	CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % CDI	-	12	528	6	407
	Total moeda nacional			380	1.006	510	950
	BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	12	6	12	10
	BNDES	Cesta de moedas + 2,4 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	3	-	4	-
	BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	2	2	2	2
	BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	1	-	1
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,7 % a.a.	Nota Promissória	104	-	104	-
	RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 1,5 % a.a.	Nota Promissória	-	178	119	-
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,5 % a.a.	Nota Promissória	51	58	-	109	
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,1 % a.a.	Nota Promissória	1	108	-	108	
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 2,27 % a.a.	Nota Promissória	1	128	1	127	
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,5 % a.a.	Nota Promissória	2	126	1	126	
Total moeda estrangeira			177	607	243	483	
Total Duratex			556	1.612	753	1.432	
Duratex Controladas	BNDES	5,5 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	1	23	1	1
	BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Invest. Itaú S.A e 30% Pessoa Física	3	53	2	76
	FINAME	Pré 5,6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	-	3	-	4
	NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Aval - Duratex S.A.	6	141	139	-
	NOTA DE CREDITO RURAL COM SWAP	10,6 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	119	-	113	-
	NOTA DE CREDITO RURAL COM SWAP	11,5 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	-	118	-	111
	Total moeda nacional			129	338	255	192
	BANCO SANTADER-HERMES COM SWAP	4,59 % a.a.	Apólice de Seguro emitida por 95%	5	5	2	7
	CII	Libor + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	2	5	-	5
	DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	9	19	-	39
LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	-	-	-	1	
Total moeda estrangeira			16	29	2	52	
Total Duratex Controladas			144	367	257	244	
Elekeiroz	BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	17	41	14	39
	BNDES	IPCA + 1,96 a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	1	4	-	1
	BNDES	3,0 a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	1	3	1	4
	FINEP	3,5% a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	2	10	2	12
	CESSÃO DE CRÉDITO	17,18 % a.a.	-	24	-	33	-
	NCE	CDI + 2,181513 % a.a.	-	15	-	-	-
	VENDOR	-	-	2	-	1	-
	Total moeda nacional			62	58	51	56
	BNDES	Varição cambial+2,03 a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	5	11	4	10
	ACC - DESCONTO CAMBIAL	1,50 % a.a.	-	6	-	9	-
Total moeda estrangeira			11	11	13	10	
Total Elekeiroz			73	69	64	66	
Itautec	BNDES	TJLP + 1,1 % a.a.	Fiança Bancária	2	1	2	2
	BNDES	TJLP + 3,1 % a.a.	Fiança Bancária	2	-	1	1
	BNDES	5,6 % a.a.	Fiança Bancária	1	-	1	1
	FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa- Investimento Itaú S.A.	15	26	15	33
	BB 4131	105,6 % CDI	-	11	-	-	10
	HSBC 4131	106,5% CDI	-	21	-	20	-
Total moeda nacional			52	27	39	47	
Total Itautec			52	27	39	47	
Total Itaúsa Consolidado			825	2.076	1.113	1.789	

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado

Vencimento	30/06/2015	31/12/2014
2016	379	542
2017	521	468
2018	416	239
2019	251	179
2020	406	330
2021	79	14
2022	10	8
Demais	14	9
Total	2.076	1.789

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 14 – DEBÊNTURES**

Em 08/02/2012 foi aprovada na Duratex a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia fluante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Duratex, para subscrição privada, no valor total de R\$ 100, com remuneração de IPCA + 6% a.a. pagos anualmente em 15 de janeiro de cada ano, com vencimento para 15/01/2017, cujos recursos foram destinados para:

- a) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga-SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- b) Aquisição das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no item anterior.

	30/06/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures Duratex	3	124	127	7	116	123

NOTA 15 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos, contribuições e taxa de serviço administrativo incidente sobre internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	30/06/2015	31/12/2014
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	129	122
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	12	12
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	13	12
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	20	19
PIS e COFINS	4	4
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	12	11
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	17	17
Compensação 1/3 da Cofins com CSLL - art. 8º Lei 9.718/98	20	-
Outros	14	16
Total	241	213

b) Provisões:

- **Tributárias:** As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Notas Explicativas

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Provisões para Contingências	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	484	76	32	592
Atualização Monetária	25	8	1	34
Constituição	66	15	-	81
Reversão	(3)	(10)	(4)	(17)
Pagamentos	-	(14)	(2)	(16)
Saldo Final	572	75	27	674
(-) Depósitos Judiciais	(26)	(13)	-	(39)
Saldo em 30/06/2015 após a compensação dos Depósitos Judiciais	546	62	27	635

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 470: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Contingências não Provisionadas

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 30 de junho de 2015, esses processos totalizavam R\$ 806 para causas tributárias, R\$ 24 para causas trabalhistas e R\$ 7 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 288: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 236: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- IRPJ e CSLL – Plano Verão – R\$ 58: Pleiteamos o reconhecimento do direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial relativo ao exercício de 1989 por meio de aplicação integral do IPC (índice bruto) de 70,28% ou o diferencial de 51,83%.
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 45: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 44: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 33: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 12: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

Notas Explicativas



NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA

a) Capital Social

Em Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 27/04/2015 foi homologado o Aumento do Capital Social no montante de R\$ 300, mediante subscrição particular de 44.776.120 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 17.210.555 ordinárias e 27.565.565 preferenciais, com integralização em dinheiro ou em créditos originários de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 30/04/2015, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Cancelamento de 10.547.800 ações escriturais de emissão própria existentes na tesouraria em 31/03/2015, sendo 8.227.800 ordinárias e 2.320.000 preferenciais, sem redução do valor do capital social, mediante absorção de R\$ 96 das Reservas Estatutárias.
- Aumento do capital social em R\$ 5.000, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 469 da Reserva Legal, R\$ 1.317 da Reserva para Reforço de Capital de Giro e R\$ 3.214 da Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;
- Emissão de 614.436.230 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 236.140.646 ordinárias e 378.295.584 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 04/05/2015;
- Aumento do limite do capital autorizado na mesma proporção da bonificação em ações prevista no item anterior, elevando-o de 8.250.000.000 para 9.075.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 3.025.000.000 em ações ordinárias e até 6.050.000.000 em preferenciais.

Após esses eventos, o Capital Social passou a ser de R\$ 32.325, representado por 6.758.798.536 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.597.547.108 ordinárias e 4.161.251.428 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Notas Explicativas



Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2014 e em 30 de Junho de 2015:

	Quantidade		Total	Valor
	Ordinárias	Preferenciais		
Em Circulação em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2014	246.197.004	393.269.721	639.466.725	5.125
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.600
Bonificação de 10% em Ações	213.856.700	341.610.025	555.466.725	-
Subscrição de Ações	32.340.304	51.659.696	84.000.000	525
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986	27.025
Residentes no País	2.351.938.446	2.307.922.622	4.659.861.068	20.610
Residentes no Exterior	485.261	1.449.787.657	1.450.272.918	6.415
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 (*)	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Ações Adquiridas	(7.718.200)	(2.200.000)	(9.918.200)	-
Bonificação de 10% em Ações	-	(120.000)	(120.000)	-
Em Circulação em 31/12/2014	2.344.705.507	3.755.390.279	6.100.095.786	27.025
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 30/06/2015	245.123.401	403.541.149	648.664.550	5.300
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Cancelamento de Ações	(8.227.800)	(2.320.000)	(10.547.800)	-
Bonificação de 10% em Ações	236.140.646	378.295.584	614.436.230	-
Subscrição de Ações	17.210.555	27.565.565	44.776.120	300
Ações Representativas do Capital Social em 30/06/2015	2.597.547.108	4.161.251.428	6.758.798.536	32.325
Residentes no País	2.597.118.830	2.616.429.079	5.213.547.909	24.935
Residentes no Exterior	428.278	1.544.822.349	1.545.250.627	7.390
Ações em Tesouraria em 30/06/2015 (*)	(999.540)	-	(999.540)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Ações Adquiridas	(1.479.500)	-	(1.479.500)	-
Bonificação de 10% em Ações	(29.640)	-	(29.640)	-
Cancelamento de Ações	8.227.800	2.320.000	10.547.800	-
Em Circulação em 30/06/2015	2.596.547.568	4.161.251.428	6.757.798.996	32.325

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, adquiridas ao custo médio unitário de R\$ 9,16 (R\$ 9,11 em 31/12/2014).

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Notas Explicativas**ITAÚSA****I. Cálculo**

Lucro Líquido	3.796	
(-) Reserva Legal	(190)	
Base de Cálculo do Dividendo	3.606	
Dividendo Mínimo Obrigatório	902	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionado	1.025	(123)	902
Dividendos	202	-	202
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/07/2015	101	-	101
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/10/2015	101	-	101
Juros sobre o Capital Próprio	823	(123)	700
1 parcela de R\$ 0,0865 a ser paga em 25/08/2015	585	(88)	497
Complementar de R\$ 0,0351 por ação a ser declarado	238	(35)	203
Total em 30/06/2015 - R\$ 0,1334 líquido por ação	1.025	(123)	902
Total em 30/06/2014 - R\$ 0,1215 líquido por ação (*)	928	(112)	816

(*) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Notas Explicativas



	30/06/2015	31/12/2014
Reservas de Lucros	8.993	11.600
Legal	870	1.149
Estatutárias	8.123	10.451
Equalização de Dividendos	2.593	2.998
Reforço do Capital de Giro	3.621	3.104
Aumento de Capital de Empresas Participadas	1.909	4.349
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	559
Outras Reservas	610	618
Total das Reservas na Controladora	9.603	12.777

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2014	1.149	11.010	618	12.777
Constituição de Reservas	190	2.581	-	2.771
Cancelamento de Ações	-	(96)	-	(96)
Aumento de Capital com Reservas	(469)	(4.531)	-	(5.000)
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(123)	(8)	(131)
Saldo em 30/06/2015	870	8.123	610	9.603

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Notas Explicativas



Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,10 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos
					Dez/14	Jun/15			2007 a 2012	2013	2014	2015	
(*)													
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	59.113	59.113	9,79	1	1	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.506.527	1.469.581	8,88	25	25	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.580.420	1.543.474	7,26	19	19	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	898.639	867.236	3,98	9	9	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.483.850	1.471.579	7,04	9	7	2	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	2.045.299	2.014.061	5,11	9	4	3	3	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.411.122	1.010.991	5,69	7	1	2	2	1	1
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.648.699	1.648.699	6,54	9	-	2	2	1	3
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.163.532	2.154.616	4,48	9	-	-	2	1	6
Soma	18.671.198				12.797.201	12.239.350		97	66	9	9	3	10
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								93	64 ⁽¹⁾	8 ⁽²⁾	8 ⁽³⁾	3 ⁽⁴⁾	10 ⁽⁵⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2012.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2013.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2014.

(4) Valor contabilizado contra o resultado no 1º semestre de 2015.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2014.

Em 30 de Junho de 2015 a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itaútec S.A.

A Companhia, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas do capital da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Companhia.

O preço de período fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Notas Explicativas**Premissas**

Data da Outorga	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	32,88
Prazo de carência	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/16
Volatilidade	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera agrupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 30 de Junho de 2015 o preço de mercado das ações era de R\$ 13,01 (R\$ 16,10 em 31 de dezembro de 2014) por ação.

c) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 18 - VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014
Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.480	3.031	1.501	3.044
Mercado Interno	1.305	2.694	1.344	2.751
Mercado Externo	175	337	157	293
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(310)	(641)	(319)	(642)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.170	2.390	1.182	2.402

Notas Explicativas



NOTA 19 - CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014
Matérias Primas e Materiais de Consumo	(684)	(1.377)	(615)	(1.405)
Remuneração, Encargos e Benefícios	(158)	(322)	(196)	(350)
Depreciação, Amortização Exaustão	(153)	(300)	(158)	(282)
Variação nos Estoques de Produtos Acabados e em Elaboração	152	250	94	229
Variação Valor Justo Ativo Biológico	33	77	68	124
Outros Custos	(90)	(144)	(76)	(90)
Total	(900)	(1.816)	(883)	(1.774)

NOTA 20 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014
Despesas de Pessoal	(38)	(79)	(46)	(89)
Remuneração	(26)	(54)	(28)	(56)
Encargos	(8)	(14)	(7)	(15)
Benefícios Sociais	(3)	(6)	(5)	(9)
Treinamento	-	(1)	(1)	(2)
Participações de Empregados nos Lucros	(1)	(4)	(5)	(7)
Despesas Administrativas	(21)	(47)	(22)	(44)
Processamento de Dados e Telecomunicações	-	(2)	(1)	(3)
Serviços de Terceiros	(13)	(24)	(11)	(20)
Propaganda, Promoções e Publicidade	-	(1)	-	(1)
Despesas de Viagem	(1)	(2)	(1)	(2)
Aluguel e Instalações	(1)	(4)	(1)	(4)
Convenio de rateio de custos comuns	(2)	(3)	(3)	(3)
Outros	(4)	(11)	(5)	(11)
Depreciação	(4)	(7)	(2)	(4)
Total	(63)	(133)	(70)	(137)

NOTA 21 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014
Reversão de Provisões para Contingências	2	3	(8)	1
Resultado de Plano Benefício	-	(1)	1	1
Amortização de Carteira de Clientes	(6)	(13)	(8)	(15)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(4)	(8)	(9)	(14)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado (*)	4	14	10	171
Ganho Líquido com precatórios	-	-	20	20
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	7	12	9	18
Outros	(2)	4	2	1
Total	1	11	17	183

(*) Inclui o reconhecimento, no 1º tri/2014, do saldo acumulado do resultado não realizado decorrente de operações de venda realizadas pela Itaútec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços, passou para OKI Electric.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 22 - LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014
Lucro Líquido	1.866	3.796	1.757	3.438
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(42)	(41)	(38)	(37)
Subtotal	1.824	3.755	1.719	3.401
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(26)	(26)	(26)	(26)
Subtotal	1.798	3.729	1.693	3.375
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionalis:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	691	1.433	652	1.299
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.107	2.296	1.041	2.076
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	717	1.459	678	1.325
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.149	2.337	1.079	2.113
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.596.948.801	2.587.925.205	2.586.409.951	2.567.472.131
Ações Preferenciais	4.161.251.428	4.146.090.367	4.131.295.974	4.101.013.524
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações em Continuidade - R\$				
Ações Ordinárias	0,28	0,56	0,26	0,52
Ações Preferenciais	0,28	0,56	0,26	0,52

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 23 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS**a) Bank of America Corporation**

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

Notas Explicativas**ITAÚSA**

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2014	Amortizações/ Realizações	30/06/2015
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	62	(26)	36
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	72	(9)	63
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	135	(35)	100
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	202	(35)	167
Passivo fiscal Diferido (IV)	(81)	14	(67)
Total ágio alocado (V = III + IV)	121	(21)	100
Ágio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

NOTA 24 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 30 de junho de 2015 com 9.584 participantes (9.719 em 31 de dezembro de 2014).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Notas Explicativas**Fundo Programa Previdencial**

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras. O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, foi reconhecido nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) é de R\$ 131 (R\$ 131 em 31 de dezembro 2014). Não houve montante reconhecido no resultado do período (R\$ 1 em 30 de junho de 2014).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em 30 de junho de 2015, o saldo registrado correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD era de R\$ 22 (R\$ 33 em 31 de dezembro 2014) a ser realizado em 8 parcelas mensais, remuneradas pelo retorno dos investimentos do Plano de previdência BD.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/06/2015	30/06/2014
Taxa de Desconto	11,66% a.a.	12,73% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,59 % a.a.	9,18 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	5,20 % a.a.	6,00 % a.a.
Inflação	5,20 % a.a.	6,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

(c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

Notas Explicativas



- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 30 de junho de 2015 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/ri.

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga), que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Notas Explicativas



	Janeiro a Junho	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2015	1.133.898	8.860	699	240	50.816
	2014	1.039.731	8.607	695	388	44.401
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2015	88.345	1.967	407	18	6.440
	2014	73.591	1.887	463	79	5.811
Lucro Líquido	2015	11.518	107	(12)	(21)	3.865
	2014	9.317	220	(3)	(14)	3.578
Patrimônio Líquido	2015	103.959	4.687	453	88	44.635
	2014	88.250	4.504	494	133	38.493
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2015	23,0%	4,6%	-5,4%	-43,0%	17,8%
	2014	22,1%	9,9%	-1,4%	-19,5%	19,3%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2015	26.054	490	5	(16)	323
	2014	41.328	501	13	(47)	708

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez'14 + mar + jun / 3).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

Notas Explicativas**ITAÚSA****a) Partes Relacionadas**

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	30/06/2015	31/12/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Aplicações Financeiras	175	218	12	12
Itaú Unibanco S.A.	175	218	12	12
Clientes	52	54	105	86
Partes Relacionadas de Controladas (*)	52	54	105	86
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	-	-
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	1
Itaú Seguros	-	-	-	(1)
Total	227	272	117	98

(*) Referem-se basicamente à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. E Fer. S.A. e Leroy Merlin Cia. Bras. de Bricolagem.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 2 (R\$ 1 de 01/01 a 30/06/2014) em função da utilização da estrutura comum.

Em 30 de junho de 2015 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/06/2015	31/12/2014
Duratex S.A.	390	454
Elekeiroz S.A.	95	87
Itautec S.A.	41	48
Total	526	589

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da Itaúsa e de suas controladas foi:

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Remuneração	18	17
Participações no Lucro	6	8
Opções de Ações	2	3
Total	26	28

Notas Explicativas



NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 848 (R\$ 643 em 31/12/2014), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do SWAP.

Notas Explicativas

ITAÚSA

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	30/06/2015	30/06/2015	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	193	199	(6)
Posição Ativa	1.009	1.246	199	(6)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	739	956	199	-
Taxa Pré-Fixada	270	290	-	(6)
Posição Passiva	(1.009)	(1.053)	-	-
CDI	(1.009)	(1.053)	-	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2014	31/12/2014	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	116	116	-
Posição Ativa	988	1.152	116	-
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	681	809	114	-
Taxa Pré-Fixada	307	343	2	-
Posição Passiva	(988)	(1.036)	-	-
CDI	(988)	(1.036)	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA CONSOLIDADO, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(12)	(24)	(35)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		12	24	35
	Swap - US\$ / CDI (Res. 2770 Res. 4131)	Queda US\$	(6)	(300)	(594)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	6	300	594
Cambial	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(6)	(11)
		Aumento US\$	-	6	11
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(2)	5	9
		(Aumento US\$)	-	(5)	(9)
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	2	3
		(Aumento US\$)	-	(2)	(3)
	Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	4	7
		(Aumento US\$)	-	(4)	(7)
Total			(2)	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Notas Explicativas**ITAÚSA**

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

30/06/2015	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	833	1.028	1.160	13
Fornecedores e Outras Obrigações	231	5	4	41
Total	1.064	1.033	1.164	54

31/12/2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	1.124	1.124	776	9
Fornecedores e Outras Obrigações	276	10	5	46
Total	1.400	1.134	781	55

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas Explicativas

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	30/06/2015	31/12/2014
Ativos: (*)		4.543	4.336
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	36	48
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.909	1.849
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	61	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	243	229
Contas a Receber de Clientes	2	1.039	1.069
Dividendos/JCP	2	858	607
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	88	149
Outros Ativos Financeiros	2	309	324
Passivos:		4.275	4.560
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.028	3.025
Fornecedores	2	194	213
Dividendos/JCP	2	1.053	1.322

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 I.

NOTA 28 – ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Conforme reunião realizada em 25/02/2015, os membros do Conselho de Administração da Itaotec deliberaram, por unanimidade, aprovar a intenção da Itaotec em exercer a *put option* (opção de venda) dos 30% de participação que a Companhia possui na Oki Brasil.

Desta forma, a partir de fevereiro de 2015, o investimento da Itaotec no capital social da Oki Brasil passou a ser classificado em duas rubricas em função do valor justo ser superior ao valor contábil:

- “Ativo Mantido para Venda” no montante de R\$ 38;
- “Outros Valores a Receber” no montante de R\$ 4, correspondente a diferença entre o valor contábil e o valor justo ajustado ao valor presente da *put option*.

Conforme contrato, os montantes acima serão realizados em janeiro de 2017 por ocasião do exercício da *put option*.

NOTA 29 – EVENTO SUBSEQUENTE

Em 01 de julho de 2015 a Duratex S.A. assinou contrato de aquisição da totalidade das quotas da DUCHACORONA LTDA em complemento do fato relevante divulgado em 04 de março de 2015, cuja operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 14 de maio de 2015.

A Duratex S.A. esclarece que o valor do negócio anteriormente avaliado em R\$ 88 aumentou para R\$ 116, em função da inclusão do imóvel da DuchaCorona Ltda localizado em Guarulhos – São Paulo.

NOTA 30 – INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Lei nº 12.973: em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;

Notas Explicativas



- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

Itáusa – Investimentos Itáú S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itáusa – Investimentos Itáú S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas pela Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao período e exercício anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 09 de fevereiro de 2015 e 11 de agosto de 2014, respectivamente, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 10 de agosto de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. (Itaúsa) procederam ao exame das demonstrações contábeis do trimestre findo em 30.06.2015, que foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditor independente do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa. Ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período. São Paulo (SP), 10 de agosto de 2015. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Alexandre Barenco Ribeiro, Flavio Cesar Maia Luz, João Costa e José Carlos de Brito e Cunha – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração da quantidade de ações em tesouraria na composição do capital que estava apresentada em unidades ao invés de em milhares de ações.